

Empirismo inglês: John Locke

John Locke e a mente como uma tábula rasa

O filósofo inglês John Locke (1632-1704), desenvolveu suas teorias sobre a origem e o alcance do conhecimento em sua obra "Ensaios sobre o entendimento humano". Para ele, não existem ideias inatas (ideias que já nasceriam com o homem, como por exemplo a ideia de Deus), o homem nasce como uma tábula rasa, desprovido de qualquer conhecimento, sem nenhuma ideia pré-formada em sua alma. Locke vai defender que nossas ideias serão criadas empiricamente a partir da **sensação** e da **reflexão**.

Num primeiro estágio, nossas ideias são criadas pela sensação, cujo estímulo externo é oriundo de modificações na mente feitas pelos sentidos. Assim, através da sensação percebemos as qualidades (primárias ou secundárias) das coisas. Tais qualidades podem produzir ideias em nós.

As qualidades primárias são sempre objetivas, ou seja, existem realmente nas coisas independentemente do sujeito que as contempla. Como exemplo temos o movimento, o repouso, o número, a configuração, a extensão, entre outros. Já as qualidades secundárias são aquelas que variam de acordo com o sujeito e que são, portanto, subjetivos. Como exemplo temos a cor, o som, o saber, entre outros. Num segundo estágio tudo é processado internamente, a partir da reflexão. É nesse momento que a alma processa os objetos apreendidos pelos sentidos.

Quer ver este material pelo Dex? Clique aqui



Exercícios

1. Posto que as qualidades que impressionam nossos sentidos estão nas próprias coisas, é claro que as ideias produzidas na mente entram pelos sentidos. O entendimento não tem o poder de inventar ou formar uma única ideia simples na mente que não tenha sido recebida pelos sentidos. Gostaria que alguém tentasse imaginar um gosto que jamais impressionou seu paladar, ou tentasse formar a ideia de um aroma que nunca cheirou. Quando puder fazer isso, concluirei também que um cego tem ideias das cores, e um surdo, noções reais dos diversos sons.

John Locke. Ensaio acerca do entendimento humano, 1991. Adaptado.

De acordo com o filósofo, todo conhecimento origina-se

- a) da reminiscência de ideias originalmente transcendentes.
- b) da combinação de ideias metafísicas e empíricas.
- c) de categorias *a priori* existentes na mente humana.
- d) da experiência com os objetos reais e empíricos.
- e) de uma relação dialética do espírito humano com o mundo.
- 2. A maneira pela qual adquirimos qualquer conhecimento constitui suficiente prova de que não é inato. LOCKE, John. Ensaio acerca do entendimento humano. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p.13.

O empirismo, corrente filosófica da qual Locke fazia parte,

- a) afirma que o conhecimento não é inato, pois sua aquisição deriva da experiência.
- **b)** é uma forma de ceticismo, pois nega que os conhecimentos possam ser obtidos.
- c) aproxima-se do modelo científico cartesiano, ao negar a existência de ideias inatas.
- d) defende que as ideias estão presentes na razão desde o nascimento.
- **3.** Ao investigar as origens das ideias, diversos filósofos fizeram interferências importantes no pensamento filosófico da humanidade. Dentre eles, destaca-se o pensamento de John Locke. Assinale a alternativa que expressa as origens das ideias para John Locke.
 - a) "Não há dúvida de que todo o nosso conhecimento começa com a experiência [...] mas embora todo o nosso conhecimento comece com a experiência, nem por isso todo ele pode ser atribuído a esta, mas à imaginação e à ideia."
 - b) "O que sou eu? Uma substância que pensa. O que é uma substância que pensa? É uma coisa que duvida, que concebe, que afirma, que nega, que quer, que não quer, que imagina e que sente, uma ideia em movimento.
 - c) "Quando analisamos nossos pensamentos ou ideias, por mais complexos e sublimes que sejam, sempre descobrimos que se resolvem em ideias simples que são cópias de uma sensação ou sentimento anterior, calcado nas paixões."
 - d) "Afirmo que essas duas, a saber, as coisas materiais externas, como objeto da sensação, e as operações de nossas próprias mentes, como objeto da reflexão, são, a meu ver, os únicos dados originais dos quais as ideias derivam."



- **4.** No período moderno, emergiu uma escola filosófica que pôs em questão as concepções inatistas e metafísicas de conhecimento. Para os filósofos partidários dessa escola, o conhecimento é sempre decorrente da experiência, jamais podendo existir ideias inatas. O nome dessa corrente filosófica, bem como o nome de um de seus filósofos representativos são, respectivamente:
 - a) inatismo; Descartes.
 - b) idealismo; Kant.
 - c) escolástica; Santo Agostinho.
 - d) empirismo; Locke.
 - e) metafísica; Platão.
- **5.** John Locke é apontado como pioneiro do materialismo moderno. Sobre o "materialismo moderno", é **CORRETO** afirmar que:
 - a) "Deriva as 'ideias' de que se constitui o conhecimento diretamente das sensações que se marcaram na mente [...] não cabendo assim ao pensamento nada mais, [...] que combinar, comparar e analisar essas mesmas ideias".
 - b) "Todo o princípio do conhecimento material é sensorial, transponível, relativo e infinito".
 - c) "O valor da experiência sensível, como fator primário da elaboração cognitiva, está na possibilidade de conhecer a essência da natureza".
 - **d)** "O conhecimento deve ser introjetado a partir da experiência extrassensorial, peculiar a todo ser pensante".



6. "Se os que nos querem persuadir que há princípios inatos não os tivessem compreendido em conjunto, mas considerado separadamente os elementos a partir dos quais estas proposições são formuladas, não estariam, talvez, tão dispostos a acreditar que elas eram inatas. Visto que, se as *ideias* das quais são formadas essas verdades não fossem inatas, seria impossível que as *proposições* formadas delas pudessem ser inatas, ou nosso conhecimento delas ter nascido conosco. Se, pois, as ideias não são inatas, houve um tempo quando a mente estava sem esses princípios e, desse modo, não seriam inatos, mas derivados de alguma outra origem. Pois, se as próprias ideias não o são, não pode haver conhecimento, assentimento, nem proposições mentais ou verbais a respeito delas. [...] De onde apreende a mente todos os materiais da razão e do conhecimento? A isso respondo, numa palavra, da experiência. Todo o nosso conhecimento está nela fundado, e dela deriva fundamentalmente o próprio conhecimento. Empregada tanto nos objetos sensíveis externos como nas operações internas de nossas mentes, que são por nós mesmos percebidas e refletidas, nossa observação supre nossos entendimentos com todos os materiais do pensamento."

Locke

Tendo presente o texto acima, é correto afirmar, segundo Locke, que

- a) há duas fontes de nossas ideias, a sensação e a reflexão, de modo que tudo o que é objeto de nossa mente, por ser ela como que um papel em branco, é adquirido por meio de uma ou de outra dessas duas fontes.
- **b)** contrariamente ao que afirma o texto, o autor admite excepcionalmente como inatos alguns princípios fundamentais e algumas ideias simples.
- c) chama-se experiência a forma de conhecimento que, produzido por meio das diferentes sensações, nos permite saber o que as coisas são em sua essência e na medida em que são independentes de nós.
- d) a ideia de substância é uma ideia simples formada diretamente a partir de nossa experiência das coisas e da capacidade que elas têm de subsistirem.
- e) todas as nossas percepções ou ideias provém das sensações externas e de nosso contato com o que existe fora de nós.
- "É de grande utilidade para o marinheiro saber a extensão de sua linha, embora não possa com ela sondar toda a profundidade do oceano. É conveniente que saiba que era suficientemente longa para alcançar o fundo dos lugares necessários para orientar sua viagem, e preveni-lo de esbarrar contra escolhos que podem destruí-lo. Não nos diz respeito conhecer todas as coisas, mas apenas aquelas que se referem à nossa conduta."

LOCKE, John. Ensaio sobre o entendimento humano. In: CHALITA, Gabriel. *Vivendo a filosofia*: ensino médio. 4.ª ed. São Paulo: Ática, 2011. p. 251.

Com base nessa citação em que John Locke considera os conhecimentos do marinheiro, é correto afirmar que

- a) o entendimento humano é ilimitado.
- **b)** a profundidade do oceano é menor do que o instrumento de medida do marinheiro.
- **c)** a medida da linha não precisa ser maior do que o necessário para orientar a correta navegação do barco.
- d) a linha está orientada apenas em função da pesca.
- e) a experiência empírica não é válida.



8. "Todas as *ideias derivam da sensação ou reflexão*. Suponhamos que a mente é, como dissemos, um papel em branco, desprovida de todos os caracteres, sem quaisquer ideias; como ela será suprida? (...) De onde apreende todos os materiais da razão e do conhecimento?

A isso respondo, numa palavra, da experiência. Todo o nosso conhecimento está nela fundado, e dela deriva fundamentalmente o próprio conhecimento."

LOCKE, John. Ensaio acerca do entendimento humano. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 165.

Assinale o que for incorreto.

- a) Para John Locke, nosso conhecimento se origine na experiência, fruto da sensação e da reflexão.
- b) Como seguidor de Descartes, John Locke assume a diferença entre conhecimento verdadeiro, que é puramente intelectual e infalível, e conhecimento sensível, que, por depender da sensação, é suscetível de erro.
- c) John Locke é o iniciador da teoria do conhecimento em sentido estrito, pois se propôs, no *Ensaio* acerca do entendimento humano, a investigar explicitamente a natureza, a origem e o alcance do conhecimento humano.
- d) Para John Locke, todo nosso conhecimento provém e se fundamenta na experiência. As impressões formam as ideias simples; a reflexão sobre as ideias simples, ao combiná-las, formam ideias complexas, como substância, Deus, alma etc.
- e) John Locke distingue as qualidades do objeto em qualidades primárias (solidez, extensão, movimento etc.) e qualidades secundárias (cor, odor, sabor etc.); as primeiras existem realmente nas coisas, as segundas são relativas e subjetivas.
- **9.** "Através dos princípios de um direito natural preexistente ao Estado, de um Estado baseado no consenso, de subordinação do poder executivo ao poder legislativo, de um poder limitado, de direito de resistência, Locke expôs as diretrizes fundamentais do Estado liberal."

Bobbio.

Considerando o texto citado e o pensamento político de Locke, seguem as afirmativas abaixo:

- I. A passagem do estado de natureza para a sociedade política ou civil, segundo Locke, é realizada mediante um contrato social, através do qual os indivíduos singulares, livres e iguais dão seu consentimento para ingressar no estado civil.
- II. O livre consentimento dos indivíduos para formar a sociedade, a proteção dos direitos naturais pelo governo, a subordinação dos poderes, a limitação do poder e o direito à resistência são princípios fundamentais do liberalismo político de Locke.
- III. A violação deliberada e sistemática dos direitos naturais e o uso contínuo da força sem amparo legal, segundo Locke, não são suficientes para conferir legitimidade ao direito de resistência, pois o exercício de tal direito causaria a dissolução do estado civil e, em consequência, o retorno ao estado de natureza.
- IV. Os indivíduos consentem livremente, segundo Locke, em constituir a sociedade política com a finalidade de preservar e proteger, com o amparo da lei, do arbítrio e da força comum de um corpo político unitário, os seus inalienáveis direitos naturais à vida, à liberdade e à propriedade.
- V. Da dissolução do poder legislativo, que é o poder no qual "se unem os membros de uma comunidade para formar um corpo vivo e coerente", decorre, como consequência, a dissolução do estado de natureza.



Das afirmativas feitas acima

- a) somente a afirmação I está correta.
- b) as afirmações I e III estão corretas.
- c) as afirmações III e IV estão corretas.
- d) as afirmações II e III estão corretas.
- e) as afirmações III e V estão incorretas.
- **10.** O filósofo inglês John Locke (1632-1704) construiu uma teoria político-social da propriedade que é, até hoje, uma das referências principais sobre o tema. Afirma ele:

"A natureza fixou bem a medida da propriedade pela extensão do trabalho do homem e conveniências da vida. Nenhum trabalho do homem podia tudo dominar ou de tudo apropriar-se. [...] Assim o trabalho, no começo (das sociedades humanas), proporcionou o direito à propriedade sempre que qualquer pessoa achou conveniente empregá-lo sobre o que era comum."

LOCKE, J. Segundo tratado sobre o governo civil. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 48; 45; 52

Em consonância com essa concepção de propriedade do filósofo, é incorreto afirmar que

- a) o direito à propriedade é, prioritariamente, fruto do trabalho.
- b) o direito à propriedade é fundado naquele que primeiro se apossou do bem (terra, animais etc.).
- c) Os recursos naturais são comuns a todos os homens, sem impedimento à propriedade individual.
- d) o trabalho individualiza o que era propriedade comum, pois agrega algo particular ao bem.
- e) o trabalho antecede a propriedade do bem e não o contrário.



Gabarito

1. C

John Locke é um dos principais representantes do empirismo. Segundo ele, as ideias são resultado da experiência humana, exatamente como apresenta a alternativa [D].

2. A

Para Locke o conhecimento somente pode ser adquirido pelos sentidos, isto é, pela experiência sensorial. Para Locke o conhecimento não é inato uma vez que é a razão que os descobre. Caso o conhecimento fosse inato o que justificaria o fato de nem todas as pessoas possuírem o mesmo conhecimento. Somente pela experiência é que a mente capta as informações e a razão é capaz de transforma-la em conhecimento.

3. D

A única alternativa que apresenta uma afirmação de John Locke é a [D]. Ele pode ser considerado como o iniciador da teoria do conhecimento, sendo um dos grandes pensadores do empirismo. Sobre a origem das ideias, Locke afirma que elas provêm ou das coisas materiais externas, ou das operações de nossas mentes.

4. D

O primeiro filósofo moderno de renome que teorizou sobre o conhecimento que decorre da experiência foi John Locke. A partir dele se desenvolveu uma corrente epistemológica chamada de empirismo, que se opunha veementemente àqueles que consideravam a existência de ideias inatas.

5. A

O mais comum é considerar John Locke um empirista e não um materialista. De qualquer forma, a alternativa [A] é a que está mais adequada ao seu pensamento. Segundo ele, todo conhecimento provém da experiência, sendo que as ideias são derivadas das sensações e o pensamento corresponde à combinação, comparação e análise dessas ideias.

6. A

A alternativa [A] é a única correta. Locke considera que as ideias provém ou da sensação ou da reflexão. Ainda que o conhecimento advenha da experiência, esta não está relacionada somente às sensações externas, mas é "empregada tanto nos objetos sensíveis externos como nas operações internas de nossas mentes".

7. C

A analogia desse texto citado do empirista inglês do séc. XVII, John Locke, compara o fato de um marinheiro comum não ser capaz de investigar a totalidade das características do oceano sobre o qual navega, com a nossa incapacidade mesma de investigar a totalidade das características das nossas experiências cotidianas. De modo que, se o marinheiro é capaz de navegar, então é válido supor que não seja decisivo o fato de desconhecer a totalidade do oceano, e, sendo assim, que somente aqueles conhecimentos referentes à sua conduta já sejam suficientes. Locke, conseguintemente, extrapola essa consequência final para todo o entendimento humano, reduzindo-o a uma relação sempre empírica entre os conteúdos intelectuais e os conteúdos sensoriais.



8. B

As afirmativas C, D e E demonstram que o empirismo limita o homem no âmbito no conhecimento sensível pondo a experiência em primeiro lugar, onde a razão a ela está subordinada, terminando assim, por questionar o caráter absoluto da verdade, já que o conhecimento parte de uma realidade *in fieri* (em transformação constante), sendo tudo relativo ao espaço, ao tempo e ao humano.

O sujeito através da análise ata e desata as ideias simples, produzindo ideias complexas. Estas, já que são formadas pelo intelecto, não têm validades objetiva. São nomes de que servimos para denominar e ordenas as coisas. Daí o seu valor prático, e não cognitivo. Locke enfatiza o papel do objeto.

9. E

Segundo a tradição liberal, o objetivo de um bom governo é: 1) preservar, o quanto possível, o direito dos seus cidadãos à vida, à liberdade, à saúde e à propriedade; 2) processar e punir aqueles que violarem os direitos instituídos; 3) sempre perseguir o bem público até nos momentos em que isso entrar em conflito com o bem individual. O governo, então, provê algo não disponível no estado de natureza, isto é, a busca da preservação dos direitos naturais através da intervenção de uma autoridade racional como um juiz imparcial capaz de determinar a severidade do crime e definir uma punição proporcional. Por essa peculiaridade a sociedade civil é um avanço sobre o estado de natureza.

De modo geral, o pensamento de John Locke (1632-1704) é reconhecido como a fundação da tradição liberal. Dois conceitos fundamentais são trabalhados por esse filósofo, a saber, o conceito de liberdade e o conceito de propriedade. Uma noção importante para o pensador britânico define que para sermos livres enquanto compartilhamos um mesmo espaço público necessitamos anteriormente regular e restringir a própria liberdade total do indivíduo, pois apenas assim seria possível a fruição tranquila da propriedade. De acordo com Locke, o estado de natureza (a condição natural da humanidade) é um estado de perfeita e completa liberdade, no qual qualquer um poderia conduzir a sua vida como considerasse apropriado independentemente do que outros pensassem. Todavia, essa liberdade é só aparentemente total. Apesar de não existir um código civil e um governo para impedir as transgressões, o estado de natureza não é totalmente sem moralidade. O estado de natureza é anterior à política, porém não é anterior à moralidade. Segundo Locke, existe no estado de natureza uma observação de leis naturais que estabelecem uma igualdade entre todos os homens e, por conseguinte, também a igualdade dos direitos de todos os homens à vida, à saúde, à liberdade e à posse. Essa lei natural que estabelece a igualdade entre os homens e é base da moralidade é dada a nós por Deus. Como todos nós somos de Deus e não podemos retirar de ninguém o que é por direito Dele, então há uma proibição fundamental em maltratar qualquer outro. Estabelecida essa moralidade, o estado de natureza é um estado de liberdade plena para perseguir livre de interferências o próprio interesse, os próprios planos, etc., porém tal liberdade não significará liberação incondicionada. Isso não quer dizer, entretanto, que comportamentos desviados dessa lei natural não aconteçam, e se este tipo de comportamento que usurpa de outro a sua propriedade ocorrer, então surge o risco de ele se transformar em tendência. Para deter essa tendência surge a necessidade de instituir uma autoridade civil através de um contrato que manterá a liberdade, porém restringirá o comportamento desviado daqueles que usurpam aquilo que é propriedade de outros. A natureza do governo estabelecido pelo contrato é garantir o bem-estar das pessoas, de modo que se tal governo estabelecido não cumprir a sua finalidade

10. B

as pessoas podem se insurgir contra ele.

A concepção de John Locke sobre propriedade é geralmente considerada estar entre uma de suas maiores contribuições para o pensamento político, mas é também um dos aspectos mais criticados de seu pensamento. Existem debates importantes sobre o que exatamente Locke desejava alcançar com a sua teoria. Uma linha de raciocínio, por exemplo, poderia supor que Locke é um defensor de uma acumulação



capitalista irrestrita. Outra, já poderia supor que Locke inclui um dever de caridade por parte daqueles que possuem riquezas, restringindo desta maneira a acumulação. É uma leitura difícil, porém, é consensual que a propriedade provém do trabalho e que o trabalho é a única justificativa da posse.